



Estatuto do sujeito na clínica dos autismos

Renata Sucupira Santos de São Justo

ORCID: [0000-0001-8119-8482](https://orcid.org/0000-0001-8119-8482)

Psicóloga pela Universidade Santa Úrsula / USU (Rio de Janeiro, Brasil)

Mestre e Doutoranda em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

E-mail: rpsicologa@hotmail.com

Resumo: Este artigo objetiva indicar a particularidade psicanalítica ao apostar no sujeito na clínica dos autistas. Sustenta que os autistas não estão em condição deficitária. Problematiza a existência do Outro no campo da subjetividade dos autistas recorrendo as indicações do ato inaugural de Rosine Lefort em propor a estrutura autística. Busca no suplemento as teses de Lefort por Jean-Claude Maleval as hipóteses que os autistas recorrerem ao uso do objeto autístico, do duplo real e do Outro de síntese como recursos para lidar com a presença da alteridade.

Palavras-chave: Autismo; Linguagem; Clínica Psicanalítica; Outro de síntese.

Statute of the subject in the autism clinic: This article aims to indicate the psychoanalytic particularity when betting on the subject in the autistic clinic. It sustains that autistic people do not display a deficient condition. It problematizes the existence of the Other in the field of autistic subjectivity, employing the indications of Rosine Lefort's inaugural act in proposing the autistic structure. It seeks the hypotheses that autistic people resort to the use of the autistic object, the double real and the Other of synthesis as resources to deal with the presence of alterity in Lefort's theses by Jean-Claude Maleval in the supplement.

Keywords: Autism; Language; Psychoanalytic Clinic; Other Synthesis.

Statut du sujet dans la clinique de l'autisme: Cet texte vise à indiquer la particularité psychanalytique lorsqu'elle garantit le sujet dans la clinique de l'autisme. Il défend que les personnes autistes ne sont pas dans un état déficient. À partir des indications de l'acte inaugural de Rosine Lefort qui propose la structure autistique, il problématise l'existence de l'Autre dans le domaine de la subjectivité autistique. Dans les suppléments des thèses de Lefort, l'article travaille à partir de hypothèses de Jean-Claude Maleval selon lesquelles les personnes autistes utilisent l'objet autistique, le double réel et l'Autre de synthèse comme ressources pour faire face à la présence de l'alterité.

Mots clés: Autisme; Langage; Clinique Psychanalytique; Autre De Synthèse.

Estatuto do sujeito na clínica dos autismos

Renata Sucupira Santos de São Justo

Introdução

Existe saber no real. Ainda que, este, não seja o analista que tem de alojá-lo, mas sim o cientista. O analista aloja um outro saber, num outro lugar, mas que deve levar em conta o saber no real. O cientista produz o saber a partir do semblante de se fazer sujeito dele. Condição necessária, mas não suficiente (Lacan, 1973/2003a, p.312).

Este artigo percorre discussões que circunscrevem a especificidade do funcionamento subjetivo dos sujeitos autistas em suas particularidades de lidar com a linguagem e construir a alteridade. Portanto as seguintes indagações norteiam nossa escrita: Qual a diferença entre a psicose e o autismo? Seria o autismo uma quarta estrutura? Quais condições favorecem o tratamento do sujeito autista?

Estas indagações levam em conta a aposta que fazemos no sujeito e problematizam a formulação de que o Outro não se constitui e não existe para os autistas. O ponto chave indica que embora os autistas recusem a posição de enunciação, por meio dos objetos autísticos, do duplo real e do Outro de síntese, eles inventam soluções para lidar com a presença da alteridade. Evidenciamos que não entendemos a constituição subjetiva dos autistas enquanto déficit.

Desde o início de seu ensino, Freud indica que o infantil incide na sintomatologia de qualquer sujeito. Tomemos como infantil a organização da sexualidade naquilo que é específico dos humanos. Para todos situa-se o desamparo e o desejo do outro que venha interpretar, emprestar significantes, apresentar o Outro para o infans incidindo na redução do gozo.

Considerando que nossa pretensão é introduzir uma discussão sobre a particularidade da clínica dos autismos, de saída ponderamos que há um impasse nas relações primordiais, sobre as quais Maleval (2017) apresenta a tese da alienação parcial e Laurent (2014) a tese da foraclusão do furo, as quais indicam a especificidade da relação dos autistas com a linguagem e com a particularidade da modalidade de redução do gozo. Enfatizaremos neste artigo as hipóteses de Maleval e sistematizaremos breves considerações sobre o estatuto do Outro nos campos da neurose e da psicose como discussões balizadoras da problematização do estatuto do sujeito no campo da clínica dos autismos.

Paradoxos do diagnóstico de autismo

Sobre os paradoxos do diagnóstico do autismo, Laurent (2012), no texto *O que nos ensinam os autistas*, aponta as nomeações propostas pelos manuais de psiquiatria e problematiza os efeitos paradoxais revelados pelo dito avanço diagnóstico do autismo engendrado na indicação que há um "continuum do espectro dos autismos" (p. 17), o qual provocou na contemporaneidade uma epidemia de diagnóstico de autismo. A constatação marca que o diagnóstico psiquiátrico do autismo engloba a caracterização de graduação de intensidades sintomatológicas no manejo clínico da psiquiatria. A popularização da quinta versão do DSM favoreceu o avanço do que vem sendo nomeado entre

psicanalistas de epidemia de diagnóstico de autismo.

Cabe observar que há uma diferença entre nomear de “epidemia de autismo” e de “epidemia de diagnóstico de autismo”. O que está por detrás desta diferenciação? Silvia Tendlarz (2016) discute, em seu livro *Clinica Del Autismo y de Las Psicosis em La Infancia*, as modificações do DSM que favorecem o alastramento de diagnóstico de autismo. A autora perpassa pelo autismo enquanto sintoma da esquizofrenia, aponta a retirada da psicose infantil dos manuais e descreve como psiquiatras contemporâneos chegaram a nominar o espectro do autismo. Rigorosamente, o autismo era um sintoma da esquizofrenia do adulto. Conforme indicado por Pimenta (2018), os psiquiatras infantis Kanner e Asperger, em situações diferentes, ao receberem crianças para tratamento, observaram características que os levaram a tomar o autismo como quadro nosológico. Quanto aos termos “continuum” e “espectro do autismo”, há a influência da psiquiatra Lorna Wing que generalizou as características do quadro psiquiátrico de autismo.

De acordo com Tendlarz (2016), o século XXI é marcado pela problemática da constituição subjetiva que de algum modo destitui o Outro, e por vezes coloca-se a confluência destas questões contemporâneas imiscuídas com o diagnóstico de autismo. Confundem a constituição subjetiva dos sujeitos autistas com os efeitos do imaginário sob o simbólico. A questão tem por pivô a ampliação dos critérios diagnósticos dos manuais psiquiátricos que foram disseminados.

As estatísticas invadem o século XXI, predominam o discurso da quantificação e o regime da homogeneidade, o que torna todos iguais. A criança autista é submetida a essa avaliação generalizada e é seu objeto privilegiado. Este discurso nada diz sobre as especificidades, sobre as invenções particulares e as variadas formas de construção da alteridade de cada sujeito autista. As avaliações estão relacionadas a tratamentos padronizados que ignoram as diferenças.

A proposta psicanalítica se aloja nos interstícios na medida em que aborda cada sujeito. Em via contrária ao modo dos discursos quantitativos, no discurso analítico o diagnóstico realiza-se sob transferência: “Um diagnóstico nunca é puramente descritivo ou um acúmulo de dados. Deve ser feito dentro do tratamento, sob transferência, de forma de capturar a posição do sujeito” (Tendlarz, 2016, p. 12). Isto quer dizer a particularidade do laço sutil estabelecido no encontro do sujeito autista com o analista ou sob as coordenadas da prática entre vários, o modo como a transferência é estabelecida no encontro do sujeito autistas com técnicos que fazem parte de uma instituição.

Sobre a difusão social e cultural do diagnóstico, Tendlarz (2016) exemplifica a inclusão da personagem Julia, diagnosticada como autista, em um programa televisivo. Aqui no Brasil, podemos citar as personagens Linda e Benê que tomaram a cena das novelas *Amor a vida* (2013) e *Malhação* (2017), respectivamente, retratando a popularização do diagnóstico do espectro do autismo.

Laurent (2014) constrói uma crônica da disfuncionalidade democrática referente ao diagnóstico e tratamento dos sujeitos autistas, apontando para o paradoxo presente nas políticas públicas de tratamento para autistas que tiveram por efeito a inflação do diagnóstico do espectro do autismo. Por um lado, isto deu suporte a uma proposta de executar políticas públicas inclusivas. Em medida oposta,

ocorreu uma banalização de tratamentos que cultivam o discurso do mestre propondo um viés de tratamento normatizador visando erradicar comportamentos desviantes.

Nesta lógica vem a relevo o paradoxo da democracia, no qual o 'para todos' engendra a intolerância às diferenças, as quais são tratadas como desviantes da normalidade ao mesmo tempo que são estabelecidas políticas inclusivas. Por um lado, para que os autistas sejam incluídos no seio social há a fomentação de políticas de diagnóstico precoce que irão validar seus direitos de ingressar na vida escolar, acessar tratamento via saúde pública e ter seus direitos de circular na cidade garantidos. A lógica da singularidade, do caso a caso, levando em conta a posição do sujeito frente ao Outro não é levada em conta.

Importante esclarecer que não pretendemos infundir a ideia de que apenas o tratamento de orientação psicanalítica funciona na clínica dos autistas, pois seria um contrassenso esta afirmativa diante de nossa ética. Estamos evidenciando, pois, em que aspectos a psicanálise diverge e é o avesso das demais ciências, assim como assinalando as consequências da aposta no sujeito na especificidade da clínica do autismo.

A objeção psicanalítica refere-se a um tratamento comum e padronizado, pois "o saber da psicanálise parte do gozo do corpo, desnaturado pelo choque da linguagem, seja qual for o dado biológico que constitua esse corpo" (Laurent, 2014, p. 178). Assim como temos notícias por biografias de autistas de alto nível que alguns sujeitos autistas não recebem diagnóstico, não entram em tratamento e conseguem ampliar o laço social.

Em nossa clínica estamos testemunhando uma busca desenfreada de famílias que procuram o apaziguamento por meio de um diagnóstico de autismo, a ponto deste excesso nomear todos os membros de um núcleo familiar de autistas. Assim como recebemos diariamente notícias de clínicas que compõe seu quadro de técnicos, sejam eles de qual área profissional for, que tenham especialização em métodos de tratamento que objetivam normatizar o comportamento de autistas que busquem pelo tratamento.

A celeridade desse processo, indica o paradoxal da destituição da diferença, colocando em relevo a legitimação do um por todos. Isto, pois, não é levada em consideração a dissimetria relativa à redução do gozo autoerótico. Portanto, se há um autista na família incorre que há índice genético que nomeia a todos no núcleo familiar de autistas. Evidencia-se algo da ordem da contemporaneidade no que tange o funcionamento subjetivo do narcisismo das pequenas diferenças. O traço identificatório é tomado como todo, legitimando exclusivamente a marca da igualdade e destituindo a relação com o diferente.

Na originalidade da clínica psicanalítica, a partir do manejo da transferência, os elementos referentes a estrutura do sujeito são levados ao ponto de partida da direção do tratamento. No caso da clínica dos autismos, o suposto saber não se sustenta, uma vez que a intervenção baseada nesta condição cria demandas excessivas ao sujeito e tem por efeito colocá-los ainda mais refratários ao encontro com a alteridade.

A originalidade do funcionamento subjetivo dos autistas instiga a problematização dos conceitos que circunscrevem as especificidades da estrutura do sujeito e o manejo da transferência diante das variedades de formas que cada sujeito autista inventa para lidar com a invasão da alteridade. Freire e Monteiro (2009), no texto *Inventando possíveis laços com adolescentes autistas e psicóticos*, fazem análises a cerca do estabelecimento do laço social e apontam para elementos teóricos fundamentais da psicanálise que giram em torno da especificidade do manejo clínico no tratamento de autistas e psicóticos diante da condição destes sujeitos situarem-se “fora do discurso”. As autoras se referem a possibilidade dos sujeitos autistas inventarem o Outro, uma vez que para eles há um impasse a partir da recusa deles de habitar a linguagem.

Entre as manifestações clínicas testemunhadas sob transferência, observa-se a dificuldade de os autistas lidarem com significantes articulados, por não suportarem o equívoco da linguagem, e o uso do corpo do semelhante que eles fazem para alcançar objetos. As dificuldades de enunciação, indicam que ocorre uma dificuldade dos sujeitos autistas barrarem o objeto voz e o objeto olhar. Como efeito destas dificuldades, é possível que alguns deles tapem os ouvidos, virem-se de costas durante o atendimento diante de uma demanda feita, mutilem-se, tenham explosões agressivas, ou até mesmo em casos de encerramento no mutismo, o sujeito emite uma fala diante de uma urgência subjetiva. Por outro lado, também é possível observarmos na clínica do autismo um certo esforço do sujeito em lidar com o Outro articulado, por meio do objeto autístico, do duplo real ou do Outro de síntese.

Diante deste apontamento indicado sobre o impasse dos autistas lidarem com a alteridade, avançaremos discutindo sobre a inconsistência do Outro. Optamos por fazê-lo, centrados no ato inaugural de Rosine Lefort (2017) ao levantar a hipótese de que para os sujeitos autistas não existe o Outro. Estamos atentos a complexidade desta problematização, uma vez que toca em uma de nossas indagações iniciais sobre o autismo ser ou não uma psicose. Há entre os pesquisadores posições controversas pautadas principalmente na clínica, sob transferência. Sem qualquer pretensão de esgotar o tema, nosso objetivo é percorrer a teoria para adentrar a problematização incitada pelo manejo transferencial na clínica dos autismos.

Além do “Não há o Outro” na estrutura autística

Rosine Lefort (2017) problematiza o advir do sujeito na relação com a alteridade, ao analisar seu encontro com a clínica de Robert e de Marie-Françoise. Sob o ponto de vista da linguagem, o caso de Robert de Rosine Lefort, discutido no *Seminário 1* de Lacan (1953-1957/2009), indica as coordenadas iniciais para analisarmos as dificuldades dos sujeitos autistas com a articulação de significantes. Robert respondia à relação com a analista com “ausência total da palavra coordenada e gritos frequentes” (Lacan, 1953-1954/2009, p. 126) e repetia as palavras “lobo” e “madame”.

Coloca-se uma referência a resposta de Robert aos “traumatismos primitivos” (Lacan, 1953-1954/2009, p. 140) sofridos na relação com a linguagem, a qual teve por efeito a redução da função simbólica à função da palavra e à experiência no real: “Tocamos aí, na sua forma mais reduzida, a

relação do homem à linguagem” (Lacan, 1953-1954/2009, p. 141). Nesta lógica peculiar de funcionamento no encontro com a linguagem incute a questão sobre a alucinação, por conta do modo precário de incidência do simbólico sobre o real. Alvarez (2020) denomina esta redução de “significante nodal” indicando o que foi apontado por Lacan como “a palavra reduzida ao seu caroço”.

Isto, pois, enquanto possível conjunto de significantes, a palavra lobo foi reduzida a signo, considerando que algo congelou, petrificou na relação de Robert com a linguagem. Este estado nodal da palavra “lobo”, portanto, como é possível observar na descrição do caso, era uma palavra que nomeava uma diversidade de experiências de Robert. Uma palavra que ficou retida não remetendo a novos significantes.

Ao longo das análises do caso Robert fica evidenciado um modo de aproximação aos casos de psicoses: “Que se trate de fenômenos de ordem psicótica, mais exatamente de fenômenos que podem terminar em psicose, isso não me parece duvidoso. O que não quer dizer que toda psicose apresente começos análogos” (Lacan, 1953-1954/2009, pp. 144-145). Esta afirmativa de Lacan situa o caso Robert no campo da psicose ou como uma saída pela psicose, naquilo que se refere aos distúrbios de linguagem destacados por Lacan em suas análises sobre a relação de Schreber com a linguagem.

Partindo do caso de Marie-Françoise, em 1980, Rosine Lefort abarca tanto a perspectiva clínica como o plano estrutural.

A questão que se coloca é a de uma “estrutura autística” que, sem se apresentar como um quadro de autismo, propriamente dito, evoca-o por seus elementos estruturais dominantes e claramente reconhecíveis. Tal estrutura viria em quarto lugar entre as grandes estruturas: neurose, psicose, perversão, autismo. (Lefort, 2017, p.11).

O que estava em jogo para Rosine Lefort era escapar à exclusividade do quadro fenomenológico frente ao que se havia produzido até então sobre o autismo, em especial se afastar da ideia do autismo enquanto quadro deficitário. Portanto, quais seriam as condições particulares de funcionamento da estrutura autística?

Rosine (2017) conclui que o Outro está ausente para o autista, diante da dinâmica transferencial estabelecida de Marie-Françoise. A partir do que se processa neste encontro, a autora destacou que suas indagações teóricas e clínicas a levaram para uma abordagem topológica. Contudo, anteriormente há um percurso da autora na dialética do significante e dos matemas lacanianos. Ela investiga o problema do sentido e do real tomando: o Outro (A), o sujeito (S), o objeto *a* enquanto causa de desejo, o significante unário (S1), o significante binário (S2). Os matemas lacanianos que colocam em relevo o estatuto do sujeito. Portanto, em jogo: o advir do sujeito. Antes dos matemas tomarem as investigações de Rosine como plano central, ela afirmou “Não há Outro” na estrutura autística:

“Não há Outro, foi o que escrevemos em 1980, no *Nascimento do Outro*. Embora o seminário

de Jacques-Alain Miller e Eric Laurent, O Outro que *não existe e seus comitês de ética*, tenha ultrapassado largamente o quadro de autismo e colocado a questão da inexistência do Outro como fenômeno de civilização e, mesmo, como o novo mal-estar desta, a referida questão autoriza um ponto de vista epidemiológico sobre o autismo, do qual a psiquiatria faz pouco caso ou assimila à esquizofrenia (Lefort, 2017, p.12).

Com a citação anterior, retomamos as reflexões introduzidas neste artigo e temos a indicação de Lefort de que ocorreu uma mudança de perspectiva em suas investigações sobre o Outro na estrutura autística. Entretanto, em se tratando de uma pesquisa, entendemos como importante adentrar as coordenadas do ensino lacaniano que indicam do que se trata "o Outro que não existe".

De acordo com Guèguen (2008) em seu texto *A Gênese do "Outro que não existe"*, há uma mudança teórica pautada na aposta de Pascal. O conceito de sujeito baseado na releitura lacaniana de Descartes corresponde ao Outro enquanto sujeito suposto saber. No deslocamento da subversão lacaniana de Descartes a Pascal o conceito de Outro é redefinido. Com Pascal o Outro é incompleto e inconsistente, e passa a ser objeto de aposta.

No *Seminário 11*, Lacan (1964/1988) marca que o suposto saber da ciência é Deus e na experiência analítica a condição de suposto saber é transferida para a figura do analista. Tomando o ensino freudiano, o que está em jogo é a verdade implicada na relação do analisante e analista. Ao situarmos nossa discussão sobre a clínica do autismo, o suposto saber não se coloca para os sujeitos autistas. Ao contrário, o sujeito suposto saber na clínica do autismo, impõe uma demanda excessiva e invasiva ao sujeito.

Guèguen (2008) pontua que Pascal apresentou uma visão diferenciada sobre Deus em contraposição do deus cartesiano sedimentado sob o intelecto:

O Deus de Pascal não pode ser reduzido a isso, muito menos ao Deus dos sábios de Descartes; Pascal não tem grande simpatia por Descartes e não compartilha sua ideia de um Deus como garantia do edifício da razão. Ele exige um ato de fé. (Guèguen, 2008, p. 2).

A aposta de Pascal em Deus coloca em discussão a finitude e o infinito. Sobre o infinito, o que não é possível conhecer, há de se colocar em jogo a aposta que pode resultar em ganho e perda. Esta analogia coloca em xeque o lugar da ciência como saber soberano sob a sintomatologia do sujeito. Portanto, o que há são probabilidades.

Entre os usos que Lacan faz da expressão "aposta de Pascal", Guèguen (2008) situa o acesso da criança à linguagem fazendo uma advertência sobre a marca deficitária como efeito das análises de Piaget sobre a cognição que é avessa à aposta da psicanálise no sujeito. Na particularidade da relação do sujeito com a linguagem diferenciado do sujeito da aprendizagem

A epistemologia de Pascal é mais complexa, pois, segundo ele, Deus está em qualquer lugar e em lugar nenhum, seu lugar não está designado. O Outro não é somente incompleto como em Descartes, e dependente de uma base suposta. O Outro de Pascal é inconsistente, em todo lugar e em lugar nenhum, ele não existe, é por isto que ele deve ser objeto de aposta. É a aposta que faz existir o Outro e não o saber; é o ato do sujeito, sua crença. Já podemos aí perceber porque Lacan desenvolveu um interesse tão particular em Pascal à medida que começava a considerar que o Outro era não só incompleto como também inconsistente. Isto é, que não existe Outro universal. É entre outras coisas o que Jacques-Alain Miller e Éric Laurent formalizaram e desenvolveram em seu curso de 1995 intitulado: "O Outro que não existe e seus comitês de ética". Neste curso, eles tiram as consequências do ensinamento de Lacan que vai do Seminário XI ao Seminário XX, para saber como nos orientarmos no mundo em que nós vivemos, no qual não existe Outro universal, não há Outro absoluto correlacionado ao Nome-do-Pai. (Guèguen, 2008, p. 4).

Guiando-nos pela via do sintoma, Guèguen (2008) adverte que não há certeza sobre Deus, sobre o significante do Nome-do-Pai, a certeza que se apresenta diante da "aposta de Pascal" é que o gozo existe. Lacan (1964/1988) afirma também que o Deus de Pascal, ao qual ele se refere, está ancorado no sujeito por pontos de reversão entre o significante e o objeto. Passando ao lado do significante nos encontramos ao lado do objeto, passando ao lado do objeto nos encontramos ao lado do significante. Não podemos melhor designar os momentos em que se produz o *fading* (desvanecimento) do sujeito, seja na surpresa trazida pelo significante, seja no corte em relação ao gozo, isto é, no momento em que ocorre o desvanecimento, onde Lacan situa a incidência do registro do real (Guèguen, 2008, p. 5).

A ciência para Lacan nasce com Descartes, separação entre mente e corpo. Na qual o saber do escravo sobrepuja o saber do senhor. Retira-se o poder da Lei e este poder passa a ser coordenado pelo gozo do escravo. O discurso da histérica conduz ao saber. O que descobrimos na experiência da psicanálise é da ordem do saber, e não do conhecimento ou da representação e sim do reconhecimento do sujeito. A articulação da linguagem coloca em questão em primeiro lugar aquilo de que se trata quanto ao sujeito da enunciação.

O sujeito da enunciação não se confunde absolutamente com aquele que diz eventualmente sobre si mesmo eu [je], como sujeito do enunciado (Lacan, 1967/2006, p. 95). O termo saber é posto no centro pela experiência psicanalítica. A estrutura do discurso situa-se no eu, na razão, no sentido, no S1. Quanto ao discurso do analista, ocorre um afastamento do discurso médico como Freud o fez ao deparar-se com o discurso da histérica, trazendo à cena o elemento constitucional. Ou ainda quando Lacan questiona a psiquiatria clássica ao tratar o diagnóstico sob a condição de moralização.

Estatuto do Outro na neurose

Curiosamente, em 1913/2010 no texto *Princípios Básicos da Psicanálise*, Freud ao diferenciar a

psicanálise “de outras concepções da vida mental” (p. 273) fala de “grau” de diferenciação na “vida psíquica das pessoas normais, dos neuróticos e dos psicóticos” (p. 273). A psicanálise não é desenvolvimentista, embora Freud ao fazer usos dos termos epistemológicos de sua época, use os significantes que pareceram levar para esta via. De outra forma, seguindo o avanço teórico de seu ensino e levando em consideração que Freud não estava se dirigindo à psicanalistas exclusivamente, acreditamos que seja oportuno indagar: não poderíamos tomar este significante “grau” como um indício de que todos partem de uma experiência original na relação com o desejo do outro, com o campo dos significantes? Há um contraste, portanto, do que a psicanálise aborda enquanto “entendimento da vida mental” (Freud, 1913/2010, p. 274) em contrapartida aos demais saberes sobre o psíquico.

A coordenada psicanalítica situa-se em trabalhar com os mecanismos particulares do funcionamento psíquico dos analisantes. Freud (1913/2012) delimitou que seu interesse sobre os fenômenos ligados ao corporal e à linguagem era distinto, por ele estar voltado para elementos que “não foram objeto da psicologia, porque foram vistos apenas como resultados de transtorno orgânico ou de anormal deficiência nas funções do aparelho psíquico” (p. 330). Freud está se referindo às descobertas que realizou no campo da neurose por meio dos atos falhos e sonhos. Sobre os atos falhos, foram enfatizados os “erros” espontâneos produzidos no relato dos analisantes. Falas que se impunham à revelia do sujeito, indicando o penso onde não sou. Indício de escape do inconsciente, da queda da defesa do sujeito ou afrouxamento do recalque.

Tomando o marco inaugural da teoria psicanalítica dos sonhos, Freud diz: “O sonho se torna (...) o protótipo normal de todas as formações **psicopatológicas** [grifo do autor]. Quem compreende o sonho, pode igualmente penetrar nos mecanismos psíquicos das neuroses e psicoses” (Freud, 1913/2012, p. 338). Importante lembrarmos que, inicialmente, Freud considerava a parafrenia e a esquizofrenia no campo das neuroses, contudo no progresso de suas investigações podemos encontrar a distinção entre neurose e psicose a partir da relação com o mundo exterior ou da mítica do complexo de Édipo, do complexo de castração, na constituição do eu e dos impasses circunscritos no processo de identificação.

Percorrendo o texto freudiano sobre os sonhos, encontramos análises detalhadas de sonhos e dos processos de condensação, deslocamento, sobredeterminação presentes no relato do sonhador e o umbigo do sonho, os quais indicam o modo de funcionamento do inconsciente. Ou, nos termos de Lacan, sobre o modo de articulação de significantes ou sob as leis da metonímia e da metáfora. O próprio Freud considerava que no avanço das teses da teoria dos sonhos novas peças poderiam ser acrescentadas, em especial, pois “a demonstração de que muitos fenômenos da patologia, que acreditavam deverem ser explicados fisiologicamente, são atos psíquicos, e que os processos que conduzem a resultados anormais podem ser atribuídos a forças motrizes psíquicas” (Freud, 1913/2012, p. 339).

Tomando as discussões de Freud com Lacan sobre a linguagem, O Outro é o campo do simbólico, lugar de articulação de significantes, da articulação da cadeia significante que marca o advir

do sujeito enquanto um significante que representa um outro significante. O que está em jogo é a relação entre os significantes. No campo da neurose, os significantes deslizam e atualizam a cadeia significante, não há qualquer garantia de saber o sentido último desta articulação. As operações da alienação e separação tem por efeito a reorientação do sentido na cadeia. "O sujeito não "é" isso ou aquilo. Ele é um vazio, um furo no conjunto da linguagem, deslizando nas cadeias significantes. Em outros termos, como diz Lacan, ele é o significante "pulado" na sequência de significantes do Outro" (Quinet, 2012, p. 23).

Enquanto conjunto de significantes, o Outro aparece por meio dos sintomas, dos sonhos, dos atos falhos e chistes diante do retorno do recalque. Por meio da identificação resultante da relação edípica, o ideal situa o que resta da relação da tríade que compõe a metáfora paterna. Portanto, a legitimação dada ao Nome-do-Pai barra o desejo caprichoso que manteria a equivalência do bebê ao objeto de satisfação. "O Nome-do-Pai é um significante estruturador de todos os significantes que constituem o inconsciente como discurso do Outro" (Quinet, 2012, p. 28).

Lacan indica no *Seminário 5* (1957-1958/1999) que o pai morto representado pelo mito edípico sustenta a lei simbólica que barra o gozo desmedido. A metáfora paterna baliza que o Nome-do-Pai destituiu o lugar de identificação do bebê ao objeto condensador de desejo materno. Todavia, nem todos sujeitos conseguem se servir do Nome-do-Pai. Quando o sujeito se serve do Nome-do-Pai, a falta opera e o Outro torna-se inconsistente: "O resultado da metáfora paterna é a inclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro (conjunto dos significantes)" (Quinet, 2012, p. 28). Neste ponto, Lacan distingue a *Verdrängung* da *Verwerfung*, indicando que a *Verdrängung* aponta que a cadeia significante se desenrola e se ordena no Outro. Ou ainda, que a *Verdrängung* é o que está no Outro como recalçado e como significante.

Estatuto do Outro na Psicose

Em termos de distinção entre a subjetividade neurótica e psicótica, Freud (1924/1996b) tomou a via da distinção da relação destes sujeitos com o mundo exterior. Neste percurso evidenciou-se que para as neuroses narcísicas ocorria um impasse na constituição do narcisismo, de modo que os psicóticos investiam no próprio eu em defesa ao mundo exterior invasivo. Defendendo-se do retorno do gozo no Outro. Isto, pois o Outro na psicose é consistente, fala e goza do sujeito. As análises freudianas do avanço da construção do delírio de Schreber frente à impossibilidade de se servir do Nome-do-Pai evidenciaram um outro modo de lidar com o simbólico, o qual abriu precedentes para Lacan avançar sobre a teoria e clínica da psicose.

Sem prescindir do ensino freudiano, no texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, Lacan (1958/1998a) evidenciou a forclusão do Nome-do-pai e indicou que o manejo da transferência seguia uma outra via, uma vez que o Outro como lugar de significante da lei tem efeito invasivo para os sujeitos não defendidos pelo recalque. A *Verwerfung*, a rejeição ou recusa ao significante, no último capítulo do *Seminário 3* (1955-1956/1995), passou a ser nomeada de

foraclusão.

Lacan tomou este ponto para discutir a condição de inconsciente a céu aberto no campo das psicoses, apostando nas análises do que foi nomeado como distúrbios de linguagem e automatismo mental pela psiquiatria clássica na enunciação dos sujeitos psicóticos, referindo aos delírios e as alucinações. Ou seja, o ponto elementar evidenciado sobre a linguagem indica as particularidades defensivas dos sujeitos, no uso dos significantes, na cadeia significante e na ruptura da cadeia significante. Freud já havia deixado pistas de que haveria um trabalho psíquico na construção do delírio frente a uma defesa mais radical, o que foi retomado por Lacan em relação à problemática do sujeito com a simbolização no *Seminário 3* (1955-1956/1995) a partir das memórias de Schreber.

Maleval (2009) esclarece que a última construção teórica de Lacan sobre a foraclusão do Nome-do-Pai não coincide com o primeiro tempo de seu ensino, uma vez que no segundo tempo Lacan associa a foraclusão do Nome-do-Pai para além do conceito de significante, tomando as possíveis incidências do significante sobre o gozo. Enquanto no primeiro tempo da elaboração da tese da foraclusão do significante Nome-do-Pai a questão está encerrada na primazia do simbólico a partir da leitura de Lacan dos primeiros textos freudianos, no segundo tempo ele complexifica este conceito ancorado no além do princípio do prazer.

Schreber, na leitura de Lacan, fornece uma análise introdutória sobre a psicose, aponta para relação entre o sujeito e o significante, especificamente, uma relação radical com o significante. Na psicose há um modo particular de relação com a linguagem, o que se dá pelo modo de constituição do sujeito. É típico da psicose a criação de leis particulares, regras particulares na relação com a linguagem. Não ocorre a dialetização dos significantes. O *isso* domina a relação do sujeito com a alteridade.

Com a releitura da *Verwerfung* por Lacan (1958/1998a), no texto *De uma questão preliminar a todo tratamento da psicose*, nem mesmo Freud ficou satisfeito com a diferenciação que fez acerca da diferença entre os mecanismos da rejeição e do recalque. A ponto de usar o termo *Verwerfung* no texto sobre o Homem dos Lobos (Freud, 1918[1914]/1996a), reiterando o impasse teórico.

De acordo com Maleval (2009), como encontramos no ensino de Lacan, a introdução da noção da falta do significante primordial sustenta o processo de simbolização apontando para expulsão da representação que é o suporte do advir do sujeito. Conquanto, a metáfora do banquinho de três pernas situa que a *Verwerfung* indica um outro modo de relação com a falha inerente ao simbólico. O autor diferencia a *Verwerfung* a partir do que ele denomina de *Verwerfung* estruturante e *Verwerfung* patológica (Maleval, 2009, p. 53). De acordo com Maleval, Freud apenas delineou em seu ensino a teoria da psicose e o conceito de *Verwerfung*, enquanto Lacan (1955-1956/1995) começa a estabelecer a especificidade da *Verwerfung*, a diferenciando da denegação.

Quanto ao Nome-do-Pai, Lacan nos diz que ele opera na ausência do desejo da mãe. Não se trata da ausência do pai real, mas do lugar que o Outro ocupa na relação entre a mãe e a criança, onde é possível que, em algumas ocasiões, a criança seja destituída do lugar de objeto de gozo do outro. No texto *Nota Sobre a criança*, Lacan (1969/2003c) problematiza a posição da criança saturando a falta do

semelhante, capturada pelo desejo da função materna.

Portanto, Lacan, ao problematizar a noção da *Verwerfung* e ao inaugurar o conceito de forclusão do Nome-do-Pai, toca no ponto chave de distinção constitutiva, da especificidade do advir do sujeito em resposta a incidência do Outro.

Estatuto do Outro no autismo

...o corpo do autista não se inscreve em um discurso e pode permanecer à deriva do gozo infinito... A obtenção da consistência corporal de um trabalho constante de ciframento do gozo. (Barroso, 2013)

Com Lacan depreendemos três tempos das construções sobre a especificidade da relação dos autistas com o significante. O primeiro tempo marcado pelas discussões sobre as psicoses infantis no *Seminário 1* (1953-1954/2009), discussões em torno dos casos: Dick, de Melaine Klein, e Robert, de Rosine Lefort, os quais tornaram-se elementares para psicanalistas de orientação lacaniana na problematização da retenção do significante no campo da subjetividade dos autistas. O segundo tempo, referenciado à *Alocução sobre as psicoses da criança* (1967/2003b), no qual conforme indicado por Tendlarz (2016) no livro *Clínica del autismo y de las psicosis em la infância*, temos a menção indireta ao caso de Martín de Sami-Ali sobre os autistas taparem os ouvidos indicando que eles estão no verbo. O terceiro tempo, na *Conferência de Genebra sobre o sintoma* (1975/1998b), remete a precisão de marcar que os autistas são verbosos e escutam a si mesmos.

No ato inaugural de Rosine Lefort (2017) com o caso Marie-Françoise sobre a estrutura autística, há a tese da inexistência do Outro no campo da constituição subjetiva dos autismos, conforme vimos. Maleval debruçou-se sobre as indicações de Lacan e sobre a tese de Rosine Lefort elaborando a tese da alienação parcial enquanto mecanismo defensivo na subjetividade dos autistas.

Dos dois textos de Maleval, *Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas* (2012) e *O autista e sua voz* (2017), destacamos o congelamento do S1, uma vez que surge um enxame de significantes para o sujeito, dificultando-lhe lidar com os equívocos da língua. O sujeito autista, portanto, parte do signo para enfrentar a dificuldade com a enunciação, fazendo uso de frases escolhidas dos duplos reais. Além do duplo real, Maleval (2012) indica que o mutismo, as ecolalias, o uso de canções, verbiagens, falas sem afeto e a escrita também são formas de driblar a dificuldade com a enunciação.

Quanto à língua verbosa descreve as produções da língua que caracterizam-se pela operação de S1 isolados, vocalizações involuntárias e solilóquios da língua verbosa. Há nestas formas de uso da linguagem um modo de satisfação solitário não destinado à comunicação. Enquanto o solilóquio se situa em uma complexidade da língua verbosa em crianças mais velhas. Ele também aborda as línguas particulares que parecem ser um derivado da língua factual, uma elaboração de língua para o próprio uso do autista.

Sobre a língua factual, aporta-se em um modo de falar que se baseia em fatos, elementos

tangíveis e concretos, uma sucessão de fatos sem afetos, que parecem visar uma simples apresentação das coisas, sem implicação da voz enunciativa. Por conta da rigidez do signo, o autista não contextualiza o que está falando. Na fala dos autistas há apreensão rígida do objeto designado, a palavra usada não sofre parcialmente o assassinato da coisa, permanecendo na fixação do real. Contudo, isto não significa que os autistas não possam fazer abstrações. Alguns que conseguiram ultrapassar o mutismo, fazendo uso da língua factual, tomam o duplo real como suporte na regulação do gozo.

No texto de Maleval (2015) *Por que a hipótese de uma estrutura autística?*, o autor tece discussões pontuais que indicam a pertinência de investigarmos a problemática do corpo no campo do autismo. Ele inicia respondendo à indagação com a afirmação: "o autismo não é mais uma psicose" (Maleval, 2015, p. 1), suas considerações reiteram que há distinção, aproximações e especificidades tanto na psicose como no autismo que dependem de uma clínica mais fina.

Maleval adverte: "Alguns psicanalistas permanecem hoje em dia presos à indiferenciação inicial entre autismo e esquizofrenia" (2015, p. 10), mas esta não é a posição do autor, principalmente, quando atentamos ao trabalho minucioso feito por ele de complementar a hipótese dos Lefort sobre o autismo ser uma quarta estrutura. Vejamos as indicações do autor que foram fertilizando o campo das especificidades da psicose e do autismo. As aproximações dizem respeito ao que Maleval (2015) denominou de distúrbios de identidade, curso do pensamento e fenômenos de deslocalização de gozo. Das distinções, uma afirmativa é chave nas considerações do autor: "o autismo evolui na direção do autismo" (Maleval, 2015, p. 11), baseada na negativa de Kanner em relação a evolução do autismo para psicose.

Certamente a sintomatologia do autismo apresenta distúrbios da linguagem, da identidade e do gozo que pertencem à clínica da forclusão do Nome-do-Pai, o que pode autorizar a considerar o autismo como psicose; todavia, ela é tão diferente de todas as outras que incita a interrogar-se sobre o estreitamento do laço entre forclusão do Nome-do-Pai e psicose. Rosine e Robert Lefort não hesitaram em estendê-lo, fazendo do autismo uma quarta estrutura subjetiva (Maleval, 2015, p. 13).

Esta pontuação de Maleval (2015) se dá pelo que ele considerou a respeito de conduzir a clínica pela estrutura do sujeito e não pelos fenômenos apresentados. As considerações seguem apontando a especificidade da escrita dos autistas e a problematização da presença de delírios e alucinações. Nas discussões de Maleval há lastro conceitual da clínica psiquiátrica, a partir do ato inaugural de Kanner e Asperger em desconstruir o autismo como sintoma da esquizofrenia articulados ao ensino lacaniano. Em especial, sobre a característica de imutabilidade apontada por Kanner.

Corroborando com os pontos chaves do suplemento de Maleval à teoria de Rosine Lefort, no texto *Constituição Subjetiva do autismo e da psicose: distanciamento e aproximações*, as autoras Silva e Calzavara (2016) tecem premissas sobre o ponto de vista das construções psicanalíticas sobre a

particularidade do autismo em seus aspectos convergentes e divergentes em relação a estrutura da psicose. As autoras dizem: “no momento de sua constituição subjetiva houve um impasse: na alienação, no caso do sujeito autista; e na separação, no caso da psicose... pontos teóricos-chave para o entendimento dos aspectos que aproximam e que distanciam o autismo da psicose” (Silva & Calzavara, 2016, p. 87).

Tomando a hipótese de Maleval sobre a *alienação parcial* na estrutura do autista, as autoras marcam:

O Outro como linguagem é assimilado pela maioria das crianças. Entretanto, os autistas demonstram certa defesa em relação a esse Outro. Essa posição, reitera Maleval (2012), não significa que a criança autista é um sujeito fora da linguagem. Porém, o Outro pode ser visto por ela como um intruso e seu excesso de presença coloca o sujeito em posição de promover um intenso trabalho de distanciamento dele. (Silva & Calzavara, 2016, p. 87).

De acordo com a leitura de Silva e Calzavara (2016), o sujeito psicótico passa pela alienação à linguagem e ao desejo do outro encarnado do *objeto a* do desejo materno, o que não ocorre no caso da subjetividade do autista, não se coloca para o sujeito autista a perda do objeto, não ocorre a sujeição à linguagem, não há extração do objeto *a*. As autoras ainda argumentam, sob o prisma do artigo de Maleval (2015), que podemos também situar a diferença entre a psicose e autismo pela chave da relação com o outro e com mundo externo. Na psicose o sujeito teria impasses na relação com o mundo externo, enquanto o sujeito autista ao buscar por uma *imutabilidade tranquilizante* tanto se protege do mundo externo como das investidas do desejo do outro.

Portanto, trata-se de avançar nas construções teóricas de Lacan, ir além da forclusão do Nome-do-Pai. Vejamos a afirmativa de Silva e Calzavara (2016, p. 89): “A forclusão do Nome-do-Pai, apoiada no primeiro ensino de Lacan, nos levaria a considerar a posição do sujeito autista próxima do que seria a psicose. Entretanto, essa posição se apresenta insuficiente como determinação da posição do autista”.

Nesta perspectiva, a defesa autística comporta os usos dos objetos autísticos, do duplo real e a ilha de competência, esta última aponta para uma invenção mais complexa com o gozo e com a linguagem. Os três recursos indicados compõe o Outro de Síntese dirigido pela primazia do signo. Em outros termos, a dificuldade de lidar com a simbolização, leva o sujeito autista a estabelecer uma colagem entre o significante e o significado.

Encontramos em Maleval (2017) as hipóteses do Outro de Síntese aberto e Fechado, as quais versam sobre a invenção das ilhas de competência mediante o “trancafiar o simbólico num campo circunscrito” (Maleval, 2017, p. 223), de modo a não lidar com os equívocos da linguagem, por conta da recusa a enunciação. Coloca-se um domínio sob a condição de imutabilidade e dificuldade de lidar com a interação que, ainda assim, conta com o simbólico.

Mesmo quando acontece de tal saber permitir a entrada num laço social, assumindo a posição do especialista, o autista conserva essencialmente o controle das interações. (...) a construção de um Outro de síntese – destinado a tratar o caos do mundo – constitui uma das principais preocupações do sujeito autista (Maleval, 2017, pp. 225-226).

O Outro de síntese possibilita a estabilização do sujeito frente à equivocidade da linguagem. Por exemplo, o sujeito pode falar ininterruptamente sobre sua rotina ou escolher desenhar os lugares que frequenta para evitar o caos da linguagem, como em um dos casos de Tendlarz (2016) em que o sujeito recorreu à produção de desenhos referentes ao meio de transporte próximo à nova residência onde foi morar.

O Outro de síntese fechado apresenta afinidades com a língua privada, idiossincrática e neológica – desligada do Outro, mas atrelada ao gozo do sujeito. Em contrapartida, o Outro de síntese aberto ancora-se na língua do Outro, reduzida a signos desligados do gozo – ele permite comunicar sem afetos; oferece melhores perspectivas para socialização. É digno de nota que seja obtido certo enquadramento do gozo na medida em que cada um deles é adquirido. (Maleval, 2017, p. 226).

Depreendemos, portanto, que a construção do Outro de síntese indica que o sujeito autista teve condições de criar uma suplência para lidar com o equívoco da linguagem e, portanto, o uso do objeto autístico e do duplo real, em alguns casos, podem ser recursos menos investidos. Deste modo, seguindo a construção das invenções que os autistas fazem no uso destes recursos, evidencia-se que o Outro dos sujeitos autistas não é constituído pela articulação de significantes, a alteridade se institui a partir dos signos.

Considerações Finais

Nossa intenção inicial foi introduzir e problematizar neste artigo a existência do Outro no campo da clínica dos autismos por meio de indicações sobre a dificuldade de enunciação destes sujeitos. Percorremos pistas introdutórias que reiteram a subversão psicanalítica de afastar-se de diagnosticar o autismo enquanto condição deficitária. Os sujeitos autistas estão na linguagem, embora não estejam no discurso. Todos sujeitos nascem na linguagem, contudo frente a violência deste encontro respondem de formas diferentes.

Na *Nota italiana*, Lacan (1973/2003a) afirma que há saber no real ao tecer a distinção entre a psicanálise e o saber da ciência matemática. Esta aposta se situa em apontar que a psicanálise toma uma outra via, ela está assentada no saber do sujeito. O enigma das históricas destituiu o lugar do saber do mestre, indicando um corpo-pulsional marcado pelo impacto da linguagem. Apontando que há uma resposta ao Outro que marca a particularidade do sujeito no reconhecimento, diferenciação frente

e no modo lidar com a alteridade.

Referências Bibliográficas

- Alvarez, B. P. (2020). *El autismo, entre la lengua e la letra*. Olivos: Grama Ediciones.
- Barroso, S.F. (2013). *As pegadas de João: A constituição de uma borda e a conexão ao outro*. In O. Machado, & C. Drummond (Orgs.). *O autismo hoje e seus mal-entendidos: conversação clínica de Salvador* (pp. 13-20). Belo Horizonte. Scriptum Livros.
- Freire, A. B., & Monteiro, K. A. C. de (2009). *Inventando possíveis laços com adolescentes autistas e psicóticos*. In F. Costa-Moura (org.). *Psicanálise e laço social* (pp. 79-92). Rio de Janeiro: 7 letras.
- Freud, S. (1996a). História de uma neurose infantil. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 13-130). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1918[1914]).
- Freud, S. (1996b). A perda da realidade na neurose e na psicose. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 205-209). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (2010). Princípios Básicos da Psicanálise. In *Observações Psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia: (O caso Schreber): artigos sobre técnica e outros*. São Paulo: Companhia das Letras (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2012). O Interesse da Psicanálise. In *Obras completas, volume11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras (Trabalho original publicado em 1913).
- Guèguen, P-G. (2008). A Gênese do "Outro que não existe". *Asephallus*, 3(5). Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_05/pdf/traducao_01.pdf
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1995). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado 1955-1956).
- Lacan, J. (1998a). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In *Escritos* (pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado 1958).
- Lacan, J. (1998b). Conferência de Genebra sobre o sintoma. *Opção Lacaniana*, 23, 6-16. São Paulo: Eólia. (Trabalho original publicado 1975).
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado 1957-1958).
- Lacan, J. (2003a). Nota italiana. In *Outros Escritos* (pp. 311-315). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2003b). Alocução sobre as psicoses da criança. In *Outros Escritos* (pp. 359-368). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967).

- Lacan, J. (2003c). Nota sobre a criança. In *Outros Escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969).
- Lacan, J. (2006). *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado 1953-1954).
- Laurent, E. (2012). *O que nos ensinam os autistas*. In A. Murta, A. Calmon, & N. Rosa (Orgs.). *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana* (pp. 17-43). Belo Horizonte. Scriptum Livros.
- Laurent, E. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lefort, R. (2017). *A distinção do autismo*. Belo Horizonte: Relicário Edições.
- Maleval, J.C. (2009). *La Forclusion del Nombre el Padre: el concepto y su clínica*. Buenos Aires: Paidós.
- Maleval, J. C. (2012). *Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas*. In A. Murta, A. Calmon, & N. Rosa (Orgs.). *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana* (pp. 45-66). Belo Horizonte. Scriptum Livros.
- Maleval, J. C. (2015). Por que a hipótese de uma estrutura autística? *Opção Lacaniana online nova* [Online] 6(18). Recuperado de http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero18/Por_que_a_hipotese_de_uma_estrutura_autistica.pdf.
- Maleval, J. C. (2017). *O autista e sua voz*. São Paulo: Bluncher.
- Pimenta, P. (2018). *Especificidades diagnósticas do transtorno do espectro autista (TEA)*. In: E. Alvarenga e S. Laia (Orgs.). *O que é o autismo, hoje?* (p.111-130). Belo Horizonte. Editora EBP.
- Quinet, A. (2012). *Os Outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Silva, B. S., & Calzavara, M. G. (2016). Constituição subjetiva do autismo e da psicose: Aproximações e distanciamentos. *Analytica*, 5(9), 86-99. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v5n9/08.pdf>
- Tendlarz, S. E. (2016). *Clinica Del Autismo y de Las Psicosis em La Infancia*. Buenos Aires: Colección Diva.

Citação/Citation: São Justo, R. S. S. de. (nov. 2021 a abr. 2022). Estatuto do sujeito na clínica dos autismos. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 17(33), 152-168. Disponível em www.isepol.com/asephallus. **Doi:** 10.17852/1809-709x.2022v17n33p152-168

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos

Recebido/Received: 24/08/2021 / 08/24/2021.

Aceito/Accepted: 23/10/2021 / 10/23/2021.

Copyright: © 2022 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.